

Reforma agrária: 'conservador' espera ter maioria no plenário

BRASÍLIA — A "guerra" entre os grupos "progressista" e "conservador" da Subcomissão de Política Agrícola e Reforma Agrária acontecerá apenas nesta primeira etapa, em que o vencedor terá uma vantagem máxima de dois votos. Mas à medida em que a discussão passar pela Comissão de Ordem Econômica e chegar ao plenário da Constituinte, na avaliação do Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), o quadro será bem mais favorável ao bloco que defende os interesses dos proprietários rurais.

Cardoso Alves, um dos líderes do grupo que, segundo ele, será maioria no plenário, disse que a "guerra" será transferida para a Subcomissão neste final de semana. De um lado, estarão, com certeza, os 11 "progressistas" que defendem o anteprojeto do Relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE). Do outro, os 11 constituintes que apóiam o substitutivo do

Deputado e proprietário rural Rosa Prata (PMDB-MG).

Ontem, três membros da Subcomissão enfrentavam em seus gabinetes a pressão dos dois blocos: o Senador Márcio Lacerda (PMDB-MT), amigo do Ministro Dante de Oliveira, que apóia o anteprojeto do Relator; e os Deputados Santinho Furtado (PMDB-PR) e Válter Pereira (PMDB-MS). Os três eram, ainda ontem, considerados indefinidos.

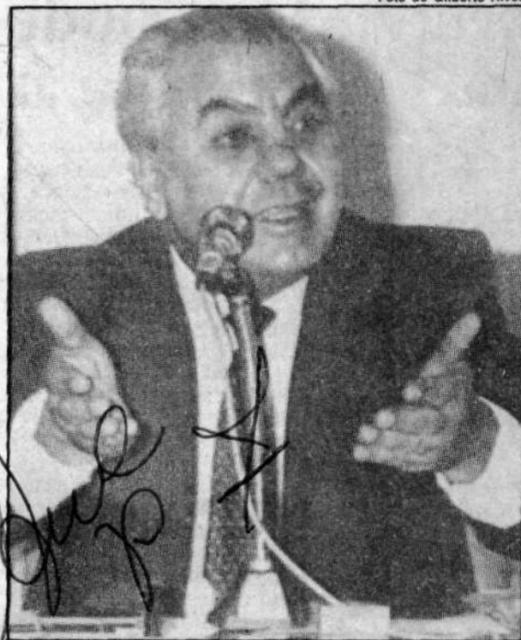
Enquanto se travava essa disputa nos bastidores, os Deputados Cardoso Alves, Rosa Prata e Alysson Paulinelli (PFL-MG) davam entrevista coletiva para defender o substitutivo que, na opinião deles, "desradicaliza" o debate sobre a reforma agrária. Eles não têm dúvida de que a reforma será feita a partir da proposta do grupo, que transfere para a lei ordinária a definição de pontos importantes, como a de zonas priori-

tárias para o programa e de "parâmetros de conceituação" da propriedade improdutiva.

Cardoso Alves, Rosa Prata e Paulinelli não admitem que a proposta vá retardar a implantação da reforma agrária porque, segundo Rosa Prata, no País existe um estoque "grande" de terras já disponíveis para o programa. E também não concordam que o substitutivo esteja de acordo com os interesses da União Democrática Ruralista (UDR).

— A UDR é um segmento da extrema-direita que não representa o nosso pensamento. Nosso projeto é da Frente Ampla Agrícola, à qual a UDR não está vinculada — afirmou Cardoso Alves.

Apesar disso, ele afirmou que não assinaria "de jeito nenhum" uma moção de desagravo ao Relator da Subcomissão, em função das acusações que lhe foram feitas pelo Presidente da UDR, Ronaldo Caiado.



Richa diz que ainda não é hora do Parlamentarismo

Direita articula bloco para opor-se a socialização

BRASÍLIA — A formação de um "bloco de direita" suprapartidário, destinado a impedir o desenvolvimento do socialismo no Brasil através da Constituinte, foi deflagrada ontem pelos Deputados paulistas Roberto Cardoso Alves (PMDB) e Gastone Righi (PTB), e Adolfo de Oliveira (PL-RJ). O anúncio foi feito pelo Líder do PDS na Câmara, Deputado Amaral Neto (RJ), um dos organizadores do grupo. Segundo ele, ontem mesmo foi possível obter a adesão do Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço.

— Nossos objetivos são doutrinários e ideológicos, e nada tem a ver

com o mandato presidencial — disse Amaral, afastando a possibilidade de fusão do grupo com o segmento parlamentar que apóia os cinco anos de mandato para o Presidente Sarney.

De acordo com o Deputado do PDS, seu grupo quer impedir o desenvolvimento do socialismo "tal como está, derrotado no mundo inteiro", defender a iniciativa privada, combater a estatização dos setores que não estão ligados à segurança nacional e "lutar contra uma Constituição que, nos parece, já está feita."

No gabinete da Liderança do PFL, onde foram buscar adesões, Roberto Cardoso Alves e Amaral Neto foram

bem recebidos: segundo o Vice-Líder pefelista Inocêncio Oliveira (PE), a idéia teve o apoio de vários dos presentes, como os Deputados José Lins (CE), Erico Pegoraro (RS) e Edme Tavares (PB).

— Temos que evitar que a Constituinte reflita um pensamento de minorias radicais. A esquerda está organizada — disse Inocêncio.

Hoje começam a ser colhidas as assinaturas para a formação de um bloco que, a partir de um manifesto, na expectativa de Amaral Neto, contará com a receptividade e a adesão de pelo menos 150 Deputados e Senadores.

Passarinho denuncia o 'oportunismo de políticos'

BRASÍLIA — O Senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) afirmou ontem que a tentativa de mudar o sistema de Governo reflete "o oportunismo" de alguns políticos, que segundo ele são favoráveis ao Parlamentarismo "por mera conveniência". O que se faz necessário, de acordo com o ex-Ministro, é acabar com "a fragilidade" do Legislativo brasileiro, criando partidos sólidos com programas definidos e uma burocracia estável e eficiente. Passarinho deu essas opiniões no Seminário sobre Sistemas de Governo, promovido pelo Ministério da Administração.

e a população está inquietada.

A ocorrência de golpes, no entanto, não pode ser atribuída unicamente a Generais. Passarinho disse que há uma tendência no sentido de atenuar a importância do componente civil nos golpes militares.

— Não existe nos militares uma idéia latente de golpe — assegurou o Senador, que é Coronel da reserva. Eles são sempre procurados nos quartéis pelos políticos, que agora querem resolver a crise política com um parlamentarismo de conveniência, concluiu.

O Senador José Richa (PMDB-PR) se disse adepto do Parlamentarismo, mas não o quer implantado agora. Disse que o País deve ser preparado para a mudança e sugeriu providências como a redução do mandato dos Senadores e a adoção do voto distrital.

O seminário teve ontem como conferencista o professor americano James Young, da Universidade de Virginia, Estados Unidos, que disse que o mal do Presidencialismo é enfraquecer os partidos.

Richa acha viável o parecer que cria Estado de Tocantins

BRASÍLIA — A criação do Estado de Tocantins é a proposta mais viável do parecer do Relator da Subcomissão do Estado, Deputado Siqueira Campos (PDS-GO). Essa é a opinião do Senador José Richa (PMDB-PR), Relator da Comissão de Organização do Estado, que antes de concluir o relatório de sua Comissão, na próxima semana, pretende ouvir vários parlamentares para juntos analisarem "politicamente" as propostas.

Se aprovado, o parecer de Siqueira Campos conseguirá impedir justamente aquilo que se propôs: a redi-

visão territorial do País. Levados às últimas conseqüências, os critérios que Campos estabeleceu para a redivisão territorial não só impediriam a criação de alguns dos seis Estados que sugeriu, como faria três dos Estados atuais regredirem à condição de Território.

Pelo relatório, a criação de um novo Estado exigiria área mínima de 100 mil quilômetros quadrados e uma densidade demográfica mínima de três habitantes por quilômetro quadrado. De saída, três dos atuais

Estados e dois Territórios têm densidade inferior a esse patamar, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Acre (2,45 habitantes por quilômetro quadrado); Amazonas (1,61); Mato Grosso (1,81); Amapá (1,61) e Roraima (0,48).

O relatório de Siqueira prevê também a criação dos Estados do Tocantins; Triângulo (com a região atualmente formada pelo Triângulo Mineiro); Santa Cruz (com o litoral Sul da Bahia); e Maranhão do Sul, com a Capital em Imperatriz.

Anteprojeto é criticado por criar imposto Aposentados vão mostrar ao Congresso como vivem

BRASÍLIA — O Deputado Irajá Rodrigues, Vice-Líder do PMDB na Constituinte, iniciou ontem um processo de consulta à bancada do Partido na Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição de Receitas, para emendar o anteprojeto apresentado pelo Relator Fernando Bezerra Coelho. De acordo com Rodrigues, o anteprojeto cria mais impostos indiretos e amplia a carga de Imposto de Renda dos assalariados.

O Vice-Líder disse que é contra o relatório "para manter os compromissos do PMDB de mudar o quadro atual". Ele apresentou substitutivo estabelecendo Imposto de Renda progressivo (maior para os salários maiores), imposto progressivo sobre a propriedade e imposto seletivo sobre o uso e consumo de bens e serviços. A proposta muda também a partilha da arrecadação — que hoje é de 46% para a União, 37% para os Estados e 17% para os municípios — para 34% para a União, 33% para os Estados e 33% para os municípios.

BRASÍLIA — Insatisfeito com os CZ\$ 2,7 mil que recebe atualmente, o metalúrgico aposentado Waldimir Shiner, 67 anos, saiu de Limeira (SP) disposto a mostrar aos constituintes que não é possível viver com tão pouco. "Vamos encher esse pátio de velharrada", prometeu ontem, no Congresso Nacional. Presidente da Federação dos Aposentados de São Paulo, que representa quatro milhões de pessoas, ele reuniu uma série de documentos para pedir, entre outras medidas, o pagamento integral do salário e reajustes em bases reais.

— Aposentadoria no Brasil não é benefício, é sacrifício. Cerca de 70 por cento dos trabalhadores aposentam-se por invalidez, não têm segurança no trabalho e envelhecem antes do tempo — denunciou.

O lobby dos aposentados ganhou força há três anos. Desde 1984, representantes de várias associações vêm a Brasília, sempre na última quarta-feira de cada mês, para audiências com

Ministros e conversas com parlamentares. Para a Constituinte, eles trouxeram, basicamente, cinco propostas: além do pagamento integral e dos reajustes em bases reais, reivindicam que os benefícios não sejam inferiores ao salário-mínimo, a reativação dos órgãos colegiados da Previdência e um sistema único de Previdência, para evitar privilégios de algumas categorias.

O Presidente da Associação dos Aposentados de Ribeirão Preto, Antônio Giroto, que recebe CZ\$ 5,5 mil depois de 50 anos de serviço, argumenta com os seguintes números: 10 por cento dos aposentados têm outras fontes de renda, 50 por cento têm que continuar trabalhando para sobreviver e 40 por cento vivem "à custa da família, nos asilos ou debaixo de pontes".

Os inativos paulistas reivindicam ainda que o montante arrecadado pela Previdência seja destinado exclusivamente à Previdência.

Murad luta contra 'lobby' de remédios

BELO HORIZONTE — O Presidente da Subcomissão de Saúde, Seguridade e Meio Ambiente da Constituinte, Deputado José Elias Murad (PTB-MG), disse ontem que ela terá que enfrentar poderosos interesses para fazer passar o anteprojeto que proíbe a propaganda de cigarros, bebidas e medicamentos.

Murad, ex-Reitor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais e principal nome no combate ao uso de drogas no Estado, acha muito difícil enfrentar essa pressão e revelou que os Deputados da Comissão serão visitados pelos Presidentes de duas cervejarias.

— Por incrível que pareça, acho que a resistência maior virá das multinacionais de medicamentos. A população já está conscientizada de que o fumo e a bebida fazem mal à saúde, mas aceitam propaganda de remédios.

Para Fiúza, o Presidente não precisará ouvir CSN para decretar emergência

BRASÍLIA — O Relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), propôs hoje ao plenário que a nova Constituição dispense o Presidente da República de ouvir o Conselho de Segurança Nacional para decretar os estados de sítio e emergência.

Fiúza anunciou a proposta enquanto recebia as últimas emendas, de um total de 230, oferecidas pelos parlamentares a seu primeiro anteprojeto, apresentado ao final da semana passada. No novo elenco de sugestões, pretende restabelecer na Constituição a competência da Polícia Federal para prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes.

A proposta anterior do Deputado Fiúza produziu intensa polémica no âmbito da Subcomissão. Ele ofereceu poucas inovações à atual Carta e, no capítulo referente ao papel das For-

ças Armadas, acolheu praticamente todas as idéias expressas pelos militares em um documento que encaminharam aos constituintes a título de subsídio para a elaboração de normas constitucionais.

Apesar de criticado por isso, e de ser autor de um dos relatórios que recebeu mais emendas entre todas as 24 Subcomissões, Fiúza só admitia ontem alterações pequenas no conteúdo de seu anteprojeto original.

— Serão alterações de caráter conceitual apenas — anunciou o Deputado.

Ele acha que seu novo anteprojeto não enfrentará dificuldade para passar pela Subcomissão, porque atende às posições conhecidas por seus integrantes.

— Creio que consegui fazer um trabalho consensual, pois tive sempre a preocupação de seguir os caminhos democráticos.